

RESOLUÇÕES DA REUNIÃO SOBRE AS ALIANÇAS PARLAMENTARES PARA A IGUALDADE NA SAÚDE NA ÁFRICA AUSTRAL

20-22 de Agosto de 2003, em Gauteng, África do Sul

Rede Regional da África Austral sobre a Igualdade na Saúde
(Southern African Regional Network on Equity in Health) (EQUINET)

Aliança Para a Avaliação Global da Igualdade (Global
Equity Gauge Alliance) (GEGA)

em cooperação com o

Foro Parlamentar da Comunidade para o Desenvolvimento da
África Austral (SADC)



Uma reunião entre os representantes dos comités parlamentares sobre a saúde, profissionais de saúde, sociedade civil e organizações de cooperação do Quênia, Malawi, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe e da SADC, organizado pela EQUINET e pela GEGA, em cooperação com o Foro Parlamentar da SADC, confirmou o compromisso político na região à igualdade na saúde, e reconheceu o trabalho contínuo em direcção à implementação de políticas de igualdade na saúde.

A reunião apelou para a realização de um maior esforço para se lidar com as diferenças no estatuto de saúde e no acesso aos cuidados de saúde que são desnecessárias, evitáveis e injustas.

A reunião concluiu que para se obter igualdade a nível da saúde na região, exige que os países procurem soluções a nível económico, de governança, segurança alimentar, VIH/SIDA e outros desafios sérios à saúde e à criação e protecção pelos governos de sistemas de saúde sustentáveis, igualitários e participativos, que sejam fornecidos recursos humanos e materiais adequados. Para se obter a igualdade a nível da saúde é necessário que os países atribuam mais recursos para aqueles com mais necessidades a nível da saúde, e depende em até que ponto os diferentes grupos de pessoas têm a oportunidade para participarem e o poder para direccionarem os recursos de acordo com as suas necessidades.

Tendo isto como objectivo, a reunião acordou que os comités parlamentares sobre a saúde incentivem a igualdade de saúde no processo orçamental.

A reunião concordou que os parlamentos têm um papel importante na promoção da igualdade a nível da saúde através das suas funções de representação, legislativas e de supervisão. Os parlamentos podem criar alianças com o Executivo governamental, com vários partidos políticos, comités com pastas diferentes e com a sociedade civil, o sector da saúde e outras agências a nível nacional e regional que apoiem estes fins.

A reunião observou com preocupação que alguns acordos de comércio multilaterais não procuram soluções para os interesses a nível da saúde e do desenvolvimento nos nossos países e região, e, confirmando a posição dos Ministros para o Comércio Africano, nas Ilhas Maurícias em Junho de 2003, relativamente à 5ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), a ter lugar em Cancun, México decidiu recomendar que:

- Os países protejam a sua autoridade governamental em todos os acordos comerciais, com o intuito de salvaguardar a saúde pública e regular os serviços para bem da saúde pública;
- Os negociadores governamentais consultem os ministros da saúde, os comités parlamentares sobre a saúde e a sociedade civil, sobre as posições a tomar nas negociações comerciais tendo em mente as suas implicações para a saúde pública;
- Os governos defendam os seus direitos de acordo com a Declaração de Doha sobre os Aspectos Relacionados com o Comércio nos Direitos Intelectuais de Propriedade (Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights) (TRIPs) e que a Saúde Pública defina o que é um problema de saúde pública;
- Os governos fortaleçam os seus esforços para aproveitarem ao máximo a flexibilidade e medidas políticas que o TRIPs permite, para terem acesso a medicamentos mais baratos e para a protecção dos sistemas de conhecimento indígena;
- Os governos assegurem que as leis nacionais e as políticas regionais estipulem o licenciamento obrigatório, a importação paralela, o "uso governamental" e a produção de medicamentos genéricos;
- Dado ao papel importante da nutrição e segurança alimentar na saúde pública, os países mantêm os direitos de aumentar tarifas e de exigir a eliminação de subsídios nas exportações, no sentido de protegerem a soberania da produção de alimentos na produção agrícola;
- Os governos não entrem em quaisquer acordos sob o Acordo Geral sobre o Comércio em Serviços (GATS) nos serviços de saúde ou relacionados com a saúde, que possam comprometer os seus direitos à regulamentação de acordo com os objectivos da política nacional;
- Os países levem a cabo um "exame de saúde" completo nos compromissos do GATS já levados a cabo ou propostos, com o envolvimento activo dos ministros da saúde, comités parlamentares sobre a saúde e da sociedade civil;
- Os países apelem para uma mudança nas regras do GATS que os impeçam de recuar em relação a compromissos assumidos sob o GATS.

De acordo com o acima descrito, a reunião propôs que os comités parlamentares sobre a saúde solicitem aos Ministros do Comércio que os informam sobre as posições de negociação a serem levadas perante a 5ª Conferência Ministerial em Cancun, México, que se abstenham de assumir compromissos que sejam conflituosos com as estipulações referidas acima e que informem o parlamento sobre o resultado da reunião da OMC.

A reunião reconheceu a importância de uma rede regional, alianças e políticas a nível do SADC e da COMESA para protegerem e defenderem a saúde pública e os interesses de igualdade na saúde em África, tendo em conta todos os impedimentos.

A reunião propôs que as questões sobre a igualdade da saúde e sobre o comércio sejam apresentados formalmente como item de agenda na próxima reunião do Foro Parlamentar da SADC.